DIÁRIA

PORTARIA Nº 009/2023/MPC/PA

O PROCURADOR-GERAL DE CONTAS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o que consta do Processo PAE nº 2022/1555548; RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Procurador de Contas STEPHENSON OLIVEIRA VICTER, matrícula nº 200095, para participar do evento "CONGRESSO NACIONAL DE LIDERANÇA E GOVERNANÇA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS" a ser realizado nos dias 07 a 09/02/2023, de forma presencial, na cidade Brasília/DF, 3,5 (três e meia) diárias, correspondentes ao período de afastamento deferido, de 06 a 09/02/2023, na forma da Resolução nº 19/2016 – MPC/PA – Colégio.

Art. 2º Autorizar a aquisição direta pelo interessado, com ressarcimento, dos bilhetes aéreos necessários ao deslocamento, na forma da PORTARIA Nº 484/2022/MPC/PA, de 17/10/2022.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do despacho autorizativo.

Belém/PA, 13 de janeiro de 2023.

Patrick Bezerra Mesquita

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Protocolo: 895412

PORTARIA Nº 005/2023/MPC/PA

O Secretário do Ministério Público de Contas do Estado, no uso das atribuições delegadas pela PORTARIA Nº 425/2022-MPC/PA, de 25/08/2022, CONSIDERANDO o que consta do Processo PAE nº 2022/1546439; RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ERIKA FEITOSA BENEVIDES, matrícula nº 200256, para participar do evento "CONGRESSO NACIONAL DE LIDERANÇA E GOVERNANÇA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS" a ser realizado nos dias 07 a 09/02/2023, de forma presencial, na cidade Brasília/DF, 4,5 (quatro e meia) diárias, correspondentes ao período de afastamento deferido, de 06 a 10/02/2023, na forma da Resolução nº 19/2016 – MPC/PA – Colégio.

Art. 2º Autorizar a aquisição direta pelo interessado, com ressarcimento, dos bilhetes aéreos necessários ao deslocamento, na forma da PORTARIA Nº 484/2022/MPC/PA, de 17/10/2022.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do despacho autorizativo.

Belém/PA, 13 de janeiro de 2023.

CAIO ANDERSON DA SILVA DANTAS

Secretário do MPC/PA

Protocolo: 895273

PORTARIA Nº 006/2023/MPC/PA

O Secretário do Ministério Público de Contas do Estado, no uso das atribuições delegadas pela PORTARIA Nº 425/2022-MPC/PA, de 25/08/2022, CONSIDERANDO o que consta do Processo PAE nº 2023/37524; RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora BÁRBARA PINHEIRO AMANAJÁS, matrícula nº 200259, para participar do evento "CONGRESSO NACIONAL DE LIDERANÇA E GOVERNANÇA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS" a ser realizado nos dias 07 a 09/02/2023, de forma presencial, na cidade Brasília/DF, 4,5 (quatro e meia) diárias, correspondentes ao período de afastamento deferido, de 06 a 10/02/2023, na forma da Resolução nº 19/2016 – MPC/PA – Colégio.

Art. 2º Autorizar a aquisição direta pelo interessado, com ressarcimento, dos bilhetes aéreos necessários ao deslocamento, na forma da PORTARIA Nº 484/2022/MPC/PA, de 17/10/2022.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do despacho autorizativo.

Belém/PA, 13 de janeiro de 2023.

CAIO ANDERSON DA SILVA DANTAS

Secretário do MPC/PA

Protocolo: 895274

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS**PORTARIA Nº 013/2023/MPC/PA**

O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o que consta do Processo PAE nº 2023/53647; RESOLVE:

Art. 1º Suspender, em virtude de necessidade do serviço, o gozo de 30 (trinta) dias de férias do Procurador de Contas FELIPE ROSA CRUZ, concedido para o período de 02/10 a 31/10/2023 (30 dias), por meio da PORTARIA Nº 534/2022/MPC/PA, de 24/11/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 13 de janeiro de 2023.

PATRICK BEZERRA MESQUITA

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 895427

OUTRAS MATÉRIAS

Resolução nº 01/2023 – MPC/PA – Colégio

Dispõe sobre os critérios para a Distribuição Processual no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

O Colégio de Procuradores de Contas, órgão máximo de administração superior do Ministério Público de Contas do Estado, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO as competências do Ministério Público de Contas do Estado do Pará delineadas no art. 11 da Lei Complementar nº 09, de 27 de janeiro de 1992, e, ainda, o que dispõe o art. 86 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Ato nº 63/2012);

CONSIDERANDO o disposto no Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, aprovado pela Resolução nº 01/2020 – Colégio; CONSIDERANDO, também, a Resolução nº 20/2022 – Colégio, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, a instauração e a tramitação dos procedimentos administrativos internos de fiscalização;

RESOLVE:

Art. 1º A distribuição de todo e qualquer processo finalístico no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Pará seguirá as normas estabelecidas nesta Resolução.

Parágrafo único. São considerados processos finalísticos:

I – processos de competência do Tribunal de Contas do Estado do Pará;

II – procedimentos administrativos internos de fiscalização.

Art. 2º A distribuição processual, que tem como princípio a preservação do equilíbrio quantitativo entre os órgãos de execução do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, será efetivada pela Secretaria Processual entre as Procuradorias de Contas com atribuição para conhecimento da matéria, mediante sorteio, de forma automática e aleatória, por meio de sistema informatizado.

§1º Excetuem-se da regra geral prevista no caput deste artigo:

I - os processos de competência privativa do Procurador-Geral de Contas, na forma do art. 4º desta Resolução, os quais serão distribuídos diretamente à Procuradoria-Geral de Contas;

II - os processos de Gestão Fiscal, na hipótese do parágrafo único do art. 4º desta Resolução, bem como aqueles em que figure como responsável o Procurador-Geral de Contas, os quais serão distribuídos à Procuradoria de Contas que tenha funcionado no processo relativo ao primeiro período do respectivo exercício referente ao mesmo órgão;

III - os processos nos quais for identificada a prevenção de determinada Procuradoria de Contas;

IV – os processos nos quais for identificada a conexão ou continência com outro processo, os quais serão distribuídos à Procuradoria de Contas já oficiante no processo conexo ou continente em curso;

V - os processos em que o Ministério Público de Contas do Estado do Pará figure como autor, os quais serão distribuídos à Procuradoria de Contas titularizada pelo membro oficiante;

VI - os procedimentos administrativos internos de fiscalização instaurados de ofício por quaisquer dos órgãos de execução do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, os quais serão distribuídos à Procuradoria de Contas titularizada pelo membro oficiante;

VII - os processos apensados, os quais serão distribuídos à Procuradoria de Contas preventa ao processo principal.

§2º A distribuição excepcional nas hipóteses do parágrafo anterior implicará a respectiva compensação.

Art. 3º A Secretaria Processual é responsável pelo cadastramento, em sistema informatizado, de todas as informações necessárias à distribuição a quando do primeiro ingresso de cada processo no Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

Art. 4º Compete privativamente ao Procurador-Geral de Contas officiar em processos nos quais figurem como responsáveis as seguintes autoridades:

I - Governador;

II - Presidente da Assembleia Legislativa;

III - Presidente do Tribunal de Justiça;

IV - Procurador-Geral de Justiça;

V - Presidente do Tribunal de Contas do Estado;

VI - Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado;

VII - Procurador-Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado;

VIII - Defensor Público-Geral do Estado.

Parágrafo único. Na hipótese de delegação de competência, o Procurador-Geral de Contas determinará, motivadamente e, caso a caso, a redistribuição dos processos que lhe sejam privativos.

Art. 5º A primeira distribuição torna preventa a Procuradoria de Contas, inclusive em grau de recurso.

Art. 6º Para os fins desta Resolução, consideram-se:

I – conexos, os processos com o mesmo objeto (pedido final contido nos autos) ou a mesma causa de pedir (relação jurídica que fundamenta o pedido final);

II- continentes, os processos cujas partes forem as mesmas, seus objetos forem comuns total ou parcialmente e um deles for de maior abrangência que o outro.

Art. 7º Não sendo possível a distribuição excepcional nos moldes do art. 2º, § 1º, proceder-se-á à redistribuição do processo por sorteio entre as demais Procuradorias de Contas com atribuição para conhecimento da matéria.

Parágrafo único. Torna-se substituta natural a Procuradoria de Contas que receber processo em decorrência da redistribuição a que alude o caput deste artigo.

Art. 8º Verificada a prevenção em favor de outra Procuradoria de Contas, o titular da Procuradoria de Contas que eventualmente receber o processo